

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	3.471.254	3.332.439	3.268.355
1.01	Ativo Circulante	415.659	394.918	430.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	338.844	337.399	348.050
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	28.339
1.01.03	Contas a Receber	44.908	40.627	42.468
1.01.03.01	Clientes	44.908	40.627	42.468
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.381	7.098	5.872
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.381	7.098	5.872
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.571	2.542	1.784
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.955	7.252	4.384
1.02	Ativo Não Circulante	3.055.595	2.937.521	2.837.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.041	167.464	180.041
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	41.513	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	1.663	1.622	723
1.02.01.06	Tributos Diferidos	148.837	165.842	179.318
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	28	0	0
1.02.03	Imobilizado	7.134	9.282	7.780
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.134	9.282	7.780
1.02.04	Intangível	2.856.420	2.760.775	2.649.637
1.02.04.01	Intangíveis	2.856.420	2.760.775	2.649.637
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.076.459	1.107.390	1.139.717
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.779.961	1.653.385	1.509.920

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	3.471.254	3.332.439	3.268.355
2.01	Passivo Circulante	450.336	309.503	270.928
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.867	8.459	8.739
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.283	1.158	1.098
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.584	7.301	7.641
2.01.02	Fornecedores	143.793	7.497	13.800
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	143.793	7.497	13.800
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.412	5.443	5.261
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.109	2.605	2.612
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.303	2.838	2.649
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	260.546	267.216	236.018
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	94.237	99.950	73.384
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	94.237	99.950	73.384
2.01.04.02	Debêntures	166.309	167.266	162.634
2.01.05	Outras Obrigações	19.718	20.888	7.110
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.059	4.068	4.097
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.059	4.068	4.097
2.01.05.02	Outros	15.659	16.820	3.013
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.198	0
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	915	843	743
2.01.05.02.05	Outros passivos	14.744	5.977	2.270
2.01.05.02.06	Dividendo adicionais	0	3.802	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.190.311	2.247.799	2.238.387
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.763.589	1.863.118	1.886.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	328.861	406.417	463.893
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	328.861	406.417	463.893
2.02.01.02	Debêntures	1.434.728	1.456.701	1.422.695
2.02.02	Outras Obrigações	396.327	378.203	346.996
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	383.230	371.144	346.701

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	383.230	371.144	346.701
2.02.02.02	Outros	13.097	7.059	295
2.02.02.02.03	Outros Passivos	13.097	7.059	295
2.02.04	Provisões	30.395	6.478	4.803
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	735	614	210
2.02.04.02	Outras Provisões	29.660	5.864	4.593
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	29.660	5.864	4.593
2.03	Patrimônio Líquido	830.607	775.137	759.040
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	77.820	22.350	6.253

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	859.283	757.995	650.397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-470.889	-352.630	-278.385
3.03	Resultado Bruto	388.394	405.365	372.012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.548	-25.945	-25.118
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.548	-25.945	-25.118
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-23.036	-22.563	-19.710
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.938	-3.277	-5.389
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	-28.574	-105	-19
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	333.846	379.420	346.894
3.06	Resultado Financeiro	-250.224	-339.847	-375.825
3.06.01	Receitas Financeiras	33.229	41.918	26.874
3.06.01.01	Receitas financeiras	33.229	41.918	26.874
3.06.02	Despesas Financeiras	-283.453	-381.765	-402.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	83.622	39.573	-28.931
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.152	-13.476	9.770
3.08.02	Diferido	-28.152	-13.476	9.770
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.470	26.097	-19.161
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	55.470	26.097	-19.161
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.02	Outros Resultados Abrangentes	55.470	26.097	-19.161
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.470	26.097	-19.161

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	292.944	228.618	142.214
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	526.092	457.401	405.572
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	83.622	39.573	-28.931
6.01.01.02	Depreciação e amortização	115.817	77.303	64.371
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	24.394	722	649
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	273.010	333.864	370.507
6.01.01.05	Margem de Construção - ICPC 01	-2.459	-1.883	-1.301
6.01.01.06	Provisão para Contingências	121	472	-140
6.01.01.07	Perda na Baixa do Intangível	31.587	7.350	417
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.489	29	-57.547
6.01.02.02	Contas a receber	-3.825	1.841	-4.021
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.283	-1.226	113
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-4.955	-860	552
6.01.02.05	Outros ativos	6.299	-4.067	275
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	408	-280	-64
6.01.02.07	Fornecedores	18.443	593	-53.257
6.01.02.08	Tributos a pagar	6.727	182	-941
6.01.02.09	Outros passivos	8.839	3.444	613
6.01.02.10	Partes relacionadas	-164	402	-817
6.01.03	Outros	-254.637	-228.812	-205.811
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.904	0	0
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-199.782	-184.157	-175.079
6.01.03.03	Correção Monetária pagas de empréstimos e debêntures	-48.951	-44.655	-30.732
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157.866	-138.134	53.296
6.02.01	Adições ao intangível	-119.392	-180.758	-126.949
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.597	-8.570	-2.261
6.02.03	Aplicações Financeiras	-36.877	51.194	182.506
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-133.633	-101.135	80.978
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-123.633	-101.135	-75.189

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.02	Captação de empréstimos	0	0	176.167
6.03.06	Pagamentos de Dividendos	-10.000	0	-20.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.445	-10.651	276.488
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	337.399	348.050	71.562
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	338.844	337.399	348.050

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.470	0	55.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.470	0	55.470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.470	-55.470	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.774	-2.774	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	39.522	-39.522	0	0
5.06.06	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	13.174	-13.174	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.097	0	26.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.097	0	26.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.097	-26.097	0	-10.000
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.305	-1.305	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	14.792	-14.792	0	0
5.06.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-6.198	0	-6.198
5.06.07	Dividendos adicionais	0	0	0	-3.802	0	-3.802
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.161	0	-19.161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.161	0	-19.161
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-19.161	19.161	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-19.161	19.161	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	918.203	813.451	699.916
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-337.742	-251.690	-191.542
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-337.742	-251.690	-191.542
7.03	Valor Adicionado Bruto	580.461	561.761	508.374
7.04	Retenções	-115.817	-77.303	-64.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-115.817	-77.303	-64.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	464.644	484.458	444.003
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.717	41.813	26.855
7.06.02	Receitas Financeiras	33.229	41.918	26.874
7.06.03	Outros	-31.512	-105	-19
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	466.361	526.271	470.858
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	466.361	526.271	470.858
7.08.01	Pessoal	32.466	33.390	32.872
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.860	24.148	24.206
7.08.01.02	Benefícios	6.200	7.091	6.901
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.406	2.151	1.765
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	90.980	77.776	45.323
7.08.02.01	Federais	57.320	46.571	16.849
7.08.02.02	Estaduais	104	124	65
7.08.02.03	Municipais	33.556	31.081	28.409
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	287.445	389.008	411.824
7.08.03.01	Juros	283.453	379.560	402.093
7.08.03.02	Aluguéis	3.888	4.924	6.802
7.08.03.03	Outras	104	4.524	2.929
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.470	26.097	-19.161
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.470	26.097	-19.161

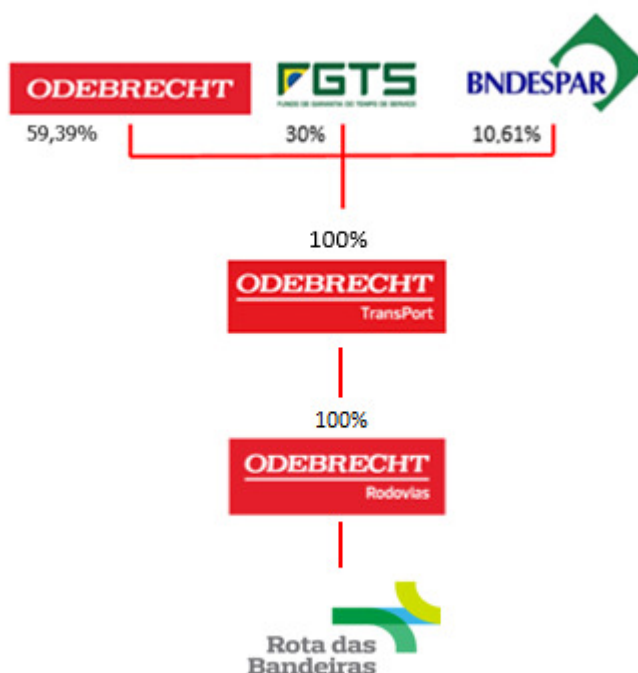
Relatório da Administração

Itatiba, 28 de março de 2018 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Relatório da Administração

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os município de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. Em 2017, o aeroporto de Viracopos transportou 201 mil toneladas de cargas e movimentou 9 milhões de passageiros.

Relatório da Administração

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 88 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 277 atendimentos por dia no ano de 2017.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

Persiste um misto de bom humor e cautela nos mercados internacionais. Do lado positivo, a perspectiva de continuidade do bom desempenho econômico de forma disseminada entre os países, o que sustenta a valorização dos ativos. No entanto, o temor com uma escalada protecionista, após o anúncio de medidas restritivas pelo governo norte-americano, conteve o apetite ao risco no início deste mês. Este fato soma-se ao receio com a intensidade do ajuste monetário pelo Fed, aspectos que impõem limites ao otimismo dos investidores.

No âmbito doméstico, o resultado do PIB do 4º trimestre de 2017 evidenciou a sustentação da recuperação econômica, ainda que em ritmo um pouco abaixo do esperado. Para 2018, a Tendências mantém a expectativa de expansão de 2,8%, com a avaliação de efeito mais concreto da redução de juros sobre a atividade ao longo do ano.

A produção industrial deve se intensificar em 2018, conforme apontam os principais indicadores do setor, tais como a ampliação de vagas na indústria, estoques em níveis ajustados e elevação da confiança industrial. O processo em curso de reação da demanda doméstica é outro fator importante para a expansão da produção no ano.

No mercado de trabalho, o trimestre finalizado em janeiro, a taxa de desocupação atingiu 12,2% ante 11,8% no trimestre até dezembro, elevação associada ao padrão sazonal de alta no primeiro trimestre. Em termos anuais, a ocupação registrou aumento acima da alta da PEA (2,1% ante 1,6%), resultando em queda de 0,4 p.p. da taxa de desocupação. Para 2018, a retomada econômica em curso deve favorecer a ampliação da ocupação no decorrer do ano, sustentando a trajetória de ganhos da massa de rendimentos.

¹ Fonte: Tendências Consultoria Integrada.

Relatório da Administração

A ligeira aceleração do IPCA em fevereiro refletiu o avanço do grupo Educação, principalmente. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 2,84%. O efeito dos reajustes escolares de começo de ano contribuiu fortemente para o resultado do grupo. Por outro lado, a deflação registrada pelo grupo Alimentação e Bebidas impediu um avanço mais intenso do indicador no mês.

A forte desaceleração do IGP -M em fevereiro foi influenciada pelo movimento dos preços do atacado. Em 12 meses, o índice acumula queda de -0,42%. Para março, espera-se aceleração do índice (0,43%). Para o ano, espera-se alta de 4,5% para o indicador.

A taxa de câmbio BRL/USD encerrou fevereiro em R\$ 3,245/US\$, alta de 2,6% ante janeiro (R\$ 3,162/US\$). A cotação média teve elevação mais contida, de 0,96%, de R\$ 3,192/US\$ em janeiro para R\$ 3,241/US\$ em fevereiro. A desvalorização do real resultou, sobretudo, da correção do otimismo excessivo nos mercados externos.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada ao tráfego dos veículos pesados, o tráfego de veículos pesados em VEQ (Veículos Equivalentes) ficou 1,8% em relação aos 12 meses de 2016 e o tráfego de veículos leves apresentou 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita de Pedágio teve um aumento de 9,3% no mesmo período em razão da melhora no tráfego, notoriamente a partir do 2º semestre de 2017 e também do reajuste da tarifa de pedágio, que está atrelada ao IPCA e teve um aumento de 3,60%, em julho de 2017.

Neste contexto, a Companhia apresentou um aumento na margem EBITDA Ajustado em 2,1 p.p., quando comparado ao mesmo período de 2016 (de 80,0% para 82,1%).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,66x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. A Companhia apresentou crescimento em sua Geração Operacional de Caixa, atingindo um ICSD bastante confortável.

Relatório da Administração

3. Destaques

- Aumento de 1,5% no tráfego acumulado em 2017 em comparação ao mesmo período do ano anterior, em VEQ (Veículos Equivalentes). O resultado deveu-se principalmente ao aumento de tráfego de veículos pesados em 1,8%, e pelo aumento no tráfego de veículos leves de 1,5% no mesmo período. A Receita de Pedágio teve um aumento de 9,3% no mesmo período;
- Melhora do EBTIDA ajustado do 4º trimestre, que encerra o trimestre com margem de 81,2% (80,3% no 4T16), valor de R\$ 133.342, efeitos decorrentes da melhora no tráfego a partir do segundo semestre.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 4T16 e ao 12M16.

Tráfego

Tráfego	Categoria						milhares	
		4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %	
Pesado		13.728	12.858	6,8%	51.497	50.611	1,8%	
%Veic. Eq. Totais		58,8%	58,0%	0,8 p.p.	58,6%	58,5%	0,1 p.p.	
Leve		9.608	9.300	3,3%	36.318	35.895	1,2%	
%Veic. Eq. Totais		41,2%	42,0%	-0,8 p.p.	41,4%	41,5%	-0,1 p.p.	
Total Veq.¹		23.336	22.158	5,3%	87.815	86.506	1,5%	
Tarifa média²		7,55	7,30	3,4%	7,41	6,89	7,6%	

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o tráfego pedagiado alcançou um total de 87.815 mil em VEQ, apresentando aumento de 1,5% ante ao mesmo período do exercício anterior. O resultado foi influenciado pelo aumento do tráfego de veículos pesados, que sofreu um aumento de 1,8% em VEQ.

Relatório da Administração

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Receita bruta de serviços	234.658	188.714	24,3%	918.203	813.451	12,9%
Receitas de pedágio	176.128	161.706	8,9%	651.093	595.842	9,3%
% Receita Totais	80,3%	92,8%	-12,5 p.p.	75,8%	78,6%	-2,8 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.480	3.350	3,9%	21.191	29.306	-27,7%
% Receita Totais	1,6%	1,9%	-0,3 p.p.	2,5%	3,9%	-1,4 p.p.
Receita de construção	55.050	23.657	132,7%	245.919	188.302	30,6%
% Receita Totais	25,1%	13,6%	11,5 p.p.	28,6%	24,8%	3,8 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 15.373	- 14.437	6,5%	- 58.920	- 55.456	6,2%
% Receita Totais	-7,0%	-8,3%	1,3 p.p.	-6,9%	-7,3%	0,5 p.p.
Receita líquida de serviços	219.285	174.277	25,8%	859.283	757.995	13,4%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 918.203 mil, apresentando um crescimento de 12,9% nos 12M17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no 4º trimestre ocorreu um aumento de 24,3% (R\$ 234.658 mil ante R\$ 188.714 mil). Considerando o acumulado até 31 de dezembro, a Receita de Construção apresentou um crescimento de 30,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função do crescimento do volume do CAPEX realizado.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 651.093 mil no 12M17, o que representou um aumento de 9,3% se comparadas ao mesmo período do ano anterior. O aumento observado na Receita de Pedágio está relacionado ao reflexo da recuperação econômica a partir do segundo semestre de 2017, e também pelo reajuste da tarifa pelo IPCA, de 3,60%, ocorrido em julho de 2017.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 21.191 mil no 12M17, apresentando uma redução de -27,7% em relação a 12M16.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 12M17:

Descrição	Em milhares de reais					
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Custos	(130.830)	(65.893)	98,5%	(470.889)	(352.630)	33,5%
Custos dos Serviços Prestados	(32.717)	(22.292)	46,8%	(111.575)	(88.908)	25,5%
Custos de Construção	(54.524)	(23.420)	132,8%	(243.497)	(186.419)	30,6%
Depreciação/Amortização	(43.589)	(20.181)	116,0%	(115.817)	(77.302)	49,8%
Despesas	(11.327)	(7.582)	49,4%	(23.036)	(25.840)	-10,9%
Total	(142.157)	(73.475)	93,5%	(493.925)	(378.469)	30,5%

Relatório da Administração

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 111.575 mil nos 12M17. A variação de custos apresentou um aumento de 25,5%.

Os **Custos de Construção** totalizaram R\$ 243.497 mil nos 12M17, enquanto no mesmo período do ano anterior o volume foi de R\$ 186.419 mil (30,6% de aumento).

A **Depreciação/Amortização** totalizaram R\$ 115.817 mil nos 12M17, apresentando uma variação de 49,8% quando comparado ao exercício anterior.

As **Despesas gerais e administrativas** foram de R\$ 23.036 mil nos 12M17, enquanto no mesmo período do ano anterior foram de R\$ 25.840 mil (10,9% de redução).

EBITDA

O EBITDA Ajustado acumulado até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 503.255 mil, registrando crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se, basicamente, aos efeitos decorrentes da redução nas despesas e ao reajuste tarifário das praças de pedágio.

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Resultado do exercício	7.605	26.961	-71,8%	55.470	26.097	112,6%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	64.865	59.944	8,2%	250.224	339.847	-26,4%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	- 4.696	13.879	-133,8%	28.152	13.476	108,9%
EBIT	77.166	100.784	-23,4%	333.846	379.419	-12,0%
Margem EBIT (%)	35,2%	57,8%	-22,6 p.p.	38,9%	50,1%	-11,2 p.p.
Depreciação e amortização	45.152	20.181	123,7%	115.817	77.302	49,8%
EBITDA	122.318	120.965	1,1%	449.663	456.722	-1,5%
Margem EBITDA (%)	55,8%	69,4%	-13,6 p.p.	52,3%	60,3%	-7,9 p.p.
Margem de Construção ¹	- 526	- 237	122,3%	- 2.459	- 1.883	30,6%
Provisão Conserva Especial ²	11.866	188	6228,1%	24.394	721	3282,9%
Provisão para Contingência	- 278	-	-	145	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	- 38	18	-307,8%	31.512	105	29847,6%
EBITDA Ajustado	133.342	120.934	10,3%	503.255	455.666	10,4%
Margem EBITDA Ajustado (%)	81,2%	80,3%	0,9 p.p.	82,0%	80,0%	2,1 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

				Em milhares de reais		
Descrição	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Receitas Financeiras	7.656	9.029	-15,2%	33.229	41.918	-20,7%
Despesas Financeiras	(72.521)	(68.973)	5,2%	(283.453)	(381.765)	-25,8%
Resultado Financeiro Líquido	(64.865)	(59.944)	8,2%	(250.224)	(339.847)	-26,4%

Relatório da Administração

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 250.224 mil (-26,4% ante ao 12M16), esta variação ocorre principalmente em função da redução do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia e além disso, também a amortização do saldo devedor das dívidas.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 33.229 mil no 12M17 (redução de 20,7% sobre o mesmo período do ano anterior).

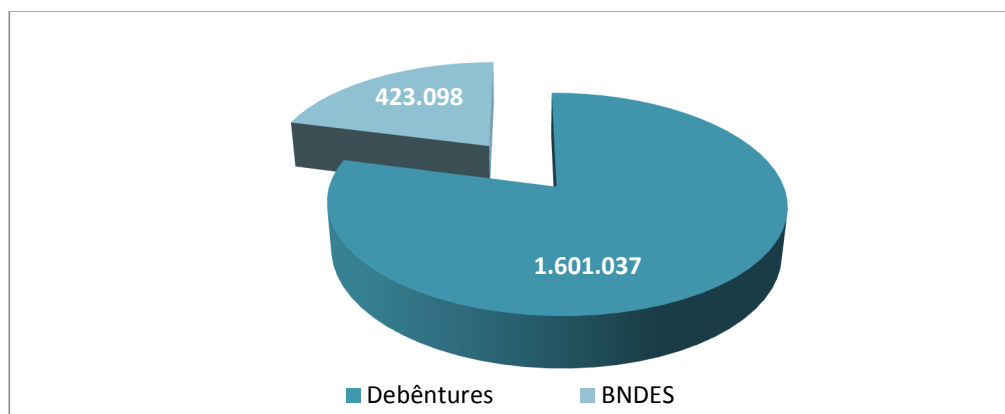
Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2017	Var. %
Dívida Bruta	2.024.135	1.980.626	2,2%
Empréstimos e Debêntures	2.024.135	1.980.626	2,2%
Caixa e Aplicação Financeira	(380.357)	(314.544)	20,9%
Dívida Líquida	1.643.778	1.666.082	-1,3%

O saldo da Dívida Líquida da Companhia reduziu 1,3%, em comparação com 30 de setembro de 2017, principalmente pelo aumento de aplicações financeiras.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

Composição da Dívida		
Descrição	31 de dezembro de 2017	Var. %
Debêntures	1.601.037	79,1%
BNDES	423.098	20,9%
Total	2.024.135	100,0%



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Relatório da Administração

Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia em 2017 foram de R\$ 248.313 mil, atingindo o montante de R\$ 2,1 bilhão já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T17 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Campinas;
- ✓ Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332 - km 176 ao 180) e Rodovia Romildo Prado (SP-063 - km 0 ao 2,3);
- ✓ Início da Implantação do trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos (SP-324);
- ✓ Início dos Alargamento das OAE's do km 116 e km 134 da SP-332;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 um resultado líquido positivo de R\$ 55.470 mil, principalmente em função da redução no custo da dívida, conforme mencionado acima.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizados aproximadamente 101 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

Relatório da Administração

- 54,6% de serviços de inspeção;
- 19,2% de serviços de guincho;
- 11,2% de serviços mecânicos;
- 3,5% de serviços pré-hospitalares e;
- 11,5% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 557 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 5 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha em seu quadro 16 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

Relatório da Administração

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração é composto por 5 (quatro) conselheiros, sendo um Presidente e seus respectivos suplentes, os quais foram eleitos em Assembleia Geral e possuem mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício social a ser encerrado até dezembro 2018. A destituição dos Conselheiros poderá se dar a qualquer tempo pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

Relatório da Administração

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual

Relatório da Administração

são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores e Colaboradores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em setembro de 2015, as ações socioambientais desenvolvidas pela Concessionária Rota das Bandeiras foram coroadas com a conquista do Selo Verde do Instituto Chico Mendes, que reconheceu nosso esforço e trabalho diário voltado ao meio ambiente e às comunidades do Corredor Dom Pedro.

A seguir, compartilhamos as ações que contribuíram para a conquista desta importante certificação:

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários

Relatório da Administração

e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Caia na Rede - Consciente de que o conhecimento é a chave para uma sociedade e, conseqüentemente, um trânsito mais saudável, a Rota das Bandeiras também investe na educação dos moradores das cidades que integram o trecho sob concessão. Uma das principais realizações da Concessionária neste campo é o programa Caia na Rede, lançado em maio de 2012, que leva comunidades carentes à inclusão digital. Atualmente, conta com 74 salas de aula em 15 cidades do trecho concessionado.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 54 mil alunos desde o início de suas atividades, em um trabalho reconhecido em todo o país. Em 2015, a Concessionária apresentou o programa no prêmio DENATRAN, que elege os melhores trabalhos nacionais sobre o tema Trânsito, com o objetivo principal de incentivar a reflexão nos aspectos de segurança, respeito e cidadania no trânsito. Nesta premiação, a Companhia ficou em 2º lugar na categoria de Educação no Trânsito, concorrendo com 44 trabalhos de todo o país.

Rota Reciclável - O material recolhido nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro tem um novo destino. Em março de 2015, a Rota das Bandeiras inaugurou a central de triagem de material reciclável de Itatiba. O moderno espaço, cedido à Cooperativa Reviver, tem capacidade de reciclar 220 toneladas por mês, quantidade suficiente para atender o que é produzido nas cinco rodovias e também no perímetro urbano de Itatiba.

Relatório da Administração

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do

Relatório da Administração

Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 191 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Relatório da Administração

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 88 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Relatório da Administração

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 27 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Relatório da Administração

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2017.

Itatiba, 28 de março de 2018.

A Administração.

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto, foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (ARTESP), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Em 29 de abril de 2016, a acionista Odebrecht Transport S.A. (OTP) realizou a transferência de 100% do controle acionário da Companhia para sua controlada Odebrecht Rodovias S.A. (ODBVias), mediante subscrição e aumento de capital social.

Em 24 de junho de 2017, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia, através de Deliberação do seu Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 3,597256%.

A Concessionária possui cinco termos Aditivos Modificativos (TAM) com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a 1ª adequação de cronograma de obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; (3º) firmado em setembro de 2014, referente a implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (PaP) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4º) firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; (5º) firmado em setembro de 2017, define o prazo de termino do projeto PaP da Rodovia SP-332 (3º TAM) para o mesmo prazo de termino da Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 34.677, sendo que em 31 de dezembro de 2016 apresentava o CCL positivo de R\$ 85.415, principalmente, em virtude da negociação junto aos seus fornecedores de ampliação dos prazos de pagamento.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada "Operação Lava Jato", que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, acionista indireto, da Companhia.

Apesar do seu acionista indireto ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 01 de março de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2017, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 7).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2017, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6), "Contas a receber" (Nota 8).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

i) Ativos intangíveis

i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

ii) **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

iii) **Direito de outorga**

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão”, no ativo intangível (Nota 11 **(a)**). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

j) **Provisões**

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 02 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial reconhece gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento da rodovia nos próximos cinco anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão, totalizando em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$ 29.660 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.864).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota 15).

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota 14).

l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos do imobilizado nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros, sendo estes equipamentos de fiscalização (Radar), lançados na rubrica de máquinas e equipamentos. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo, ou pelo prazo contratual, dos dois o menor.

p) Reconhecimento de receita

i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2017	2016	2017	2016	2017	2016
245.919	188.302	(243.460)	(186.419)	2.459	1.883

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram de R\$ 277 e R\$ 203, respectivamente.

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.909 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 4.500).

s) Ajuste a valor presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.3. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes as principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC.

- O IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 – "Arrendamento Mercantil" - Estabelece os princípios para a identificação, reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas. A versão completa do IFRS 16 foi publicada em janeiro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o período findo em 30 de setembro de 2017, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de Empréstimos e financiamentos e de Fornecedores foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	118.284	18.334	99.950
Fornecedores	14.348	7.059	7.289
Total passivo circulante	132.632	25.393	107.239
Empréstimos e financiamentos	388.083	18.334	406.417
Fornecedores	-	7.059	7.059
Total passivo não circulante	388.083	25.393	413.476

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito,

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	156.195	13.140	-	-
BNDES (i)	122.544	115.481	277.384	31.549
Debêntures (i)	215.165	203.754	1.126.551	1.107.462
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.835	28.269	91.530	636.841
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	21.376	-	-	-
BNDES (i)	132.464	121.449	313.346	108.780
Debêntures (i)	217.499	218.328	875.325	1.652.528
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.458	27.581	91.285	711.522

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	7,1%	6,7%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	2,8%	3,8%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 15/01/2018.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,58%	8,23%	9,88%
IPCA (*)	3,83%	4,78%	5,74%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2017 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros (TJLP)

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	58.446	73.381	88.088

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação (IPCA)

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.688.537	1.780.978	1.876.598
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	82.550	87.888	93.092
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	479.614	531.494	586.599

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	2.024.135	2.130.334
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(338.844)	(337.399)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(41.513)	-
Dívida líquida	1.643.778	1.792.935
Total do patrimônio líquido	830.607	775.137
Total do capital próprio e de terceiros	2.474.385	2.568.072
Índice de alavancagem financeira - %	66%	70%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	338.844	337.399
Aplicações financeiras	41.513	-	-	-
Contas a receber	-	-	44.452	40.627
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	456	-
	41.513	-	383.752	378.026
			Outros passivos financeiros	
			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			2.024.135	2.130.334
Fornecedores			156.255	14.348
Fornecedores - Partes relacionadas			635	208
Mútuos - partes relacionadas			387.289	375.212
Contas a pagar			15.659	6.820
			2.583.973	2.526.922

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	44.022	40.156
Receitas acessórias	430	471
Total de contas a receber	44.452	40.627
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	328.894	331.153
	328.894	331.153
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	1.019
Bancos conta movimento	4.544	954
Numerários em trânsito	4.769	3.913
Fundo de troca	632	360
	9.950	6.246
	338.844	337.399

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa geral	5	1.019
Bancos conta movimento	4.544	954
Numerários em trânsito (i)	4.769	3.913
Fundo de troca	632	360
Aplicações Financeiras (ii)	328.894	331.153
	338.844	337.399

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 112% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 41.513, referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (FIDC ou Fundo) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota 14. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando compradas às de mercado. É vetada a participação das empresas do

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte como investidora e/ ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

8. Contas a receber

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)</i>	41.443	38.085
Vale pedágio (i)	2.579	2.071
Receitas acessórias	430	471
	44.452	40.627

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	163.936	169.046
Amortização da outorga	1.340	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	97.994	117.593
Outras diferenças temporárias	9.731	2.029
	273.001	290.008

Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	43.817	39.339
Margem de construção	6.298	5.649
Encargos financeiros	12.514	14.758
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	61.535	64.420
	124.164	124.166

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	273.001	290.008
Tributos diferidos passivos	(124.164)	(124.166)
	148.837	165.842

A variação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativa aos impostos diferidos totalizou um saldo negativo de R\$ 17.005.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebretch TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2018	9.465	19.599	29.064
2019	16.296	19.599	35.895
2020	23.151	19.599	42.750
2021	27.786	19.599	47.385
2022	32.786	19.598	52.384
2023 em diante	54.452	-	54.452
	163.936	97.994	261.930

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
					Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.605	(2.425)	1.180	2.729
Móveis e utensílios	5	780	(498)	282	584
Veículos	20	8.292	(2.627)	5.665	5.969
Obras em andamento	-	7	-	7	-
		12.684	(5.550)	7.134	9.282

b) Movimentação

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no início do período / exercício	9.282	7.780
(+) Adições	1.597	8.570
(-) Baixas, líquidas de depreciação	(20)	(3.967)
(-) Transferência	(1.407)	-
(-) Depreciação	(2.318)	(3.101)
Saldo no final do período / exercício	7.134	9.282

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangível

a) Composição

			31 de dezembro	31 de dezembro
	Custo	Amortização Acumulada	de 2017	de 2016
				Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	387.305	(50.676)	336.629	336.835
Pavimentações e conservação especial	585.010	(88.306)	496.704	460.628
Hardware equipamentos de pedágio	77.001	(17.956)	59.045	68.660
Demais melhorias e ampliações	395.830	(36.819)	359.011	459.313
Desapropriações	122.740	(13.358)	109.382	113.062
Máquinas e equipamentos	3.448	(786)	2.662	2.650
Móveis e utensílios	2.015	(393)	1.622	1.672
Veículos	911	(89)	822	63
Meio ambiente e elementos de segurança	152.617	(13.858)	138.759	35.056
Obras em andamento	275.325	-	275.325	175.446
	2.002.202	(222.241)	1.779.961	1.653.385
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(261.725)	1.075.513	1.107.077
Softwares adquiridos de terceiros (*)	2.182	(1.236)	946	313
	1.339.420	(262.961)	1.076.459	1.107.390
	3.341.622	(485.202)	2.856.420	2.760.775

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software	Total
Custo	1.809.092	1.337.238	1.384	3.147.714
Baixas, líquidas de amortização	(6.544)	-	-	(6.544)
Amortização acumulada	(149.163)	(230.161)	(1.071)	(380.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.653.385	1.107.077	313	2.760.775
Aquisições	245.919	-	797	246.716
Transferência	(14.696)	-	-	(14.696)
Baixas, líquidas de amortização	(31.567)	-	-	(31.567)
Transferência amortização	8.691	-	-	8.691
Amortização	(81.771)	(31.564)	(164)	(113.499)
Saldo contábil	1.779.961	1.075.513	946	2.856.420
Custo	2.002.202	1.337.238	2.182	3.341.622
Amortização acumulada	(222.241)	(261.725)	(1.236)	(485.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.779.961	1.075.513	946	2.856.420

12. Fornecedores

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores nacionais	156.255	14.348
	156.255	14.348
Passivo circulante	143.158	7.289
Passivo não circulante	13.097	7.059

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia. O aumento do saldo em relação ao ano anterior deve-se, principalmente, as negociações realizadas no exercício para alongamento de prazos de pagamentos com os principais fornecedores.

13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	424.112	507.803
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.626.575	1.654.514
Custos a amortizar (c)	R\$		(26.552)	(31.983)
			2.024.135	2.130.334
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(94.237)	(99.950)
Debêntures			(166.309)	(167.266)
(-) Passivo circulante			(260.546)	(267.216)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			328.861	406.417
Debêntures			1.434.728	1.456.701
Passivo não circulante			1.763.589	1.863.118
			(2.024.135)	(2.130.334)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a..

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938 sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 129.206.

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. A seguir a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
jul/18	TJLP + 2,32%	805	2.162
abr/21	TJLP + 2,32%	73.218	94.167
mai/22	IPCA + 8,11%	130.215	157.020
mai/22	IPCA + 9,60%	19.076	22.252
mai/22	IPCA + 8,66%	22.569	26.327
abr/23	TJLP + 2,32%	108.814	127.836
abr/25	TJLP + 2,32%	69.415	78.039
		424.112	507.803

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 17 de julho de 2017, a Companhia liquidou a quinta parcela referente a segunda série das debêntures no montante de R\$ 117.629, sendo R\$ 27.500 de principal e R\$ 90.129 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2017 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	840.807	846.005
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	785.768	808.509
					1.626.575	1.654.514

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado.

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	30.547	1.436	31.983	37.323
(-) Amortizações	(5.010)	(421)	(5.431)	(5.340)
Saldo no final do período / exercício	25.537	1.015	26.552	31.983

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2018	4.927	346	5.273
2019	4.946	272	5.218
2020	4.818	195	5.013
2021	4.380	120	4.500
2022	3.494	56	3.550
2023	2.311	17	2.328
2024 em diante	661	9	670
	25.537	1.015	26.552

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2018		142.056
2019	129.654	128.657
2020	199.910	196.240
2021	259.624	253.919
2022	357.311	348.759
2023	360.219	350.641
2024 em diante	456.872	442.846
	1.763.589	1.863.118

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (Covenants)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2017.

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

Os saldos em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos				Transações		
	Ativo		Passivo		Resultado		
	Adiantamento	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	-	2	-	1.226	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") (iii)	285	456	541	-	15.566	-	-
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") (i)	-	-	-	387.289	-	-	36.764
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (iv)	-	-	92	-	-	277	-
Em 31 de dezembro de 2017	285	456	635	387.289	16.792	277	36.764
Em 31 de dezembro de 2016	577	-	208	375.212	10.529	203	43.920

(i) OTP

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Mútuo OTP (a)	397.544	386.637
Custos de transação (b)	(10.255)	(11.425)
	387.289	375.212

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 397.544 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 386.637).

- (b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

- (ii) **CNO:** O montante de R\$ 1.226 refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.

- (iii) **ODBVias:** O montante de R\$ 15.566 com a ODBVias refere-se à prestação de serviço de gerenciamento de engenharia às obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I, ao final do exercício o saldo remanescente das contas a pagar foi de R\$ 541. O saldo de R\$ 285 em adiantamento a fornecedores decorre de acordo contratual.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o montante de R\$ 456 a receber da empresa ODBVias, referente ao passivo trabalhista dos integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

- (iv) **Odeprev:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o montante de R\$ 277 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 203), referente ao plano de previdência complementar.

- (v) **FIDC:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 41.513, referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB conforme mencionado na nota 7.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, totalizou os montantes de R\$ 2.938 e R\$ 3.277.

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contingências trabalhistas e previdenciárias	60	32
Reclamações cíveis	347	582
Contingências tributárias	328	-
	735	614

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 11.576 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 10.438).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta R\$ 1.663 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.520) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

16. Provisão para conserva especial

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão de conserva especial	29.660	5.864
	29.660	5.864

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 29.660 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.864) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,03% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos, sendo constituído também a provisão de manutenção e recuperação para os dois últimos anos previstos no contrato de concessão. A Companhia está realizando esta constituição conforme destacado na Nota explicativa 2.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela Odebrecht S.A. (ODB).

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro do exercício	55.470	26.097
Constituição reserva legal (5%)	(2.774)	(1.305)
Base de cálculo dos dividendos	52.696	27.402
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	13.174	6.850

Em 31 de dezembro de 2017 a investidora ODBVias, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou a Administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

A Administração da Companhia seguindo instruções dos acionistas constituiu a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 39.522, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório em função do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que determina que a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

18. Receita líquida

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	245.919	188.302
Receitas em numerário	180.674	164.680
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	435.941	400.779
Receitas de vale pedágio (iii)	34.478	30.048
Receitas acessórias	21.191	29.642
Receita de operação	672.284	625.149
Receita total	918.203	813.451
Tributos sobre serviços de operação	(58.920)	(55.456)
	859.283	757.995

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia reconheceu R\$ 245.919 e R\$ 188.302, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

19. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Depreciação e amortização	(114.512)	(77.303)
Salários e encargos	(27.162)	(25.535)
Gastos gerais	(4.995)	(14.242)
Serviços de terceiros	(27.123)	(31.619)
Seguros	(7.033)	(4.803)
Outorga variável	(10.063)	(9.379)
Provisão para conserva especial	(24.394)	(722)
Materiais	(8.443)	(2.608)
Aluguéis	(3.704)	-
	(227.429)	(166.211)
Custo de construção ICPC 01-R1	(243.460)	(186.419)
	(470.889)	(352.630)

20. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários e encargos	(9.560)	(14.371)
Serviços de terceiros	(8.086)	(11.129)
Depreciação e amortização	(1.305)	-
Materiais e equipamentos	(391)	-
Despesa com veículos	(314)	-
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(302)	-
Despesas com viagens	(69)	-
Provisão para contingências	(145)	-
Gastos gerais	(2.864)	(340)
	(23.036)	(25.840)

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(25.784)	(20.994)
Juros sobre mútuos	(25.901)	(22.781)
Juros sobre debêntures	(146.495)	(150.725)
Custos de transação	(6.632)	(6.341)
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(73.464)	(155.330)
Juros sobre atraso	(46)	(48)
IOF	(328)	(255)
Ajuste a valor presente	598	(550)
Custo de transação pagos	-	(20.335)
Outras	(5.401)	(4.406)
	(283.453)	(381.765)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	31.047	40.584
Outras	2.182	1.334
	33.229	41.918
Resultado financeiro, líquido	(250.224)	(339.847)

22. Outras receitas (despesas), líquidas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Outras despesas		
Baixa do ativo intangível (i)	(31.567)	(92)
Baixa do ativo imobilizado	(20)	(94)
	(31.587)	(186)
Outras receitas		
Outras receitas	75	81
	75	81
	(31.512)	(105)

(i) O valor refere-se a baixa dos ativos de pavimentação.

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado antes dos impostos	83.622	39.573
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(28.432)	(13.455)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	280	(21)
Efeito IR e CSLL no resultado	(28.152)	(13.476)
IR e CSLL corrente	(11.146)	-
IR e CSLL diferido	(17.006)	(13.476)
Total de IR e CSLL diferidos	(28.152)	(13.476)

Notas Explicativas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores	(125.839)	-
Outros ativos	(6.438)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(132.277)	-
Aquisição de ativo intangível	130.870	-
Aquisição de ativo imobilizado	1.407	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	132.277	-

25. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	224.759
Risco operacional	349.969
Responsabilidade Civil	166.357
Risco de Engenharia	501.072

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

26. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (prejuízo) do período	55.470	26.097
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	99,62	46,87

Notas Explicativas **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

27. Eventos subsequentes

Pagamento Debêntures

Em 15 de janeiro de 2018, a Companhia liquidou a sétima parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 116.272.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 859.283 mil no exercício de 2017, em linha com relação ao projetado.

O CAPEX fechou o exercício de 2017 com o valor de R\$ 248.313 mil, representando um leve aumento de 1,7% em relação ao exercício anterior.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 30/11/2017.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba - SP

Opinião

Edifício Toulon | Cambuí

Campinas | SP | Brasil

T +55 19 3294.8008

www.grantthornton.com.br

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente,

em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, desde 2014 encontram-se em andamento

investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério

Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e

executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não

há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas

investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As

demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

4

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 1, a Companhia explora pelo regime de

concessão, o Corredor Dom Pedro, sendo remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. O alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança requerem que a

Companhia possua controles operacionais implementados de forma a capturar

adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas

Notas Explicativas no 2.2 - p (i) e no 18.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: i) confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; ii) teste dos controles chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e iii) testes documentais para validação dos valores reconhecidos no

período. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento e mensuração das receitas foram adequados no contexto das

demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 2.2, item i (i), a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa 2.2 p (ii). O registro indevido de ativos no intangível pode apresentar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa no 11 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas no 18 e no 19, respectivamente.

5

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como

realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base a amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência à amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de tráfego, para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, realizamos o recálculo da amortização para o exercício findo de 2017 e, identificamos uma diferença de R\$ 4.079 mil, ocorrida em virtude da migração do sistema operacional, no segundo semestre de 2017, em função de incorreção no processo de parametrização resultou no referido ajuste, considerado material e portanto sendo devidamente ajustado pela Companhia. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização para o ativo intangível está aceitável no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

6

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

7

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 01 de março de 2018

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Itatiba, 28 de março de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Presidente Diretor-Administrativo, Financeiro e

de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Itatiba, 28 de março de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Presidente Diretor-Administrativo, Financeiro e

de Relação com Investidores